

**POLÍTICA DE PRIVACIDADE À
PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
ARTIGO 262, §6º, II, CN/CGJ/TJRJ**

**Emissão
16/07/2026**

**Aprovado por:
Paulo Roberto
Nunes dos Santos**

A Política de Privacidade, ora tratada, visa descrever os direitos dos titulares de dados pessoais de modo claro e acessível, os tratamentos realizados e sua finalidade.

Sobre seus direitos referentes a Dados Pessoais:

- acesso facilitado às informações sobre o tratamento de seus dados;
- forma e duração do tratamento;
- informações acerca do uso compartilhado de dados pelo controlador e a finalidade;
- confirmação da existência de tratamento;
- acesso aos dados;
- correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto nesta Lei;
- portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa e observados os segredos comercial e industrial, de acordo com a regulamentação do órgão controlador;
- portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial;
- eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 desta Lei;
- informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;
- informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;

Estes direitos podem ser exercidos através dos canais de comunicação detalhados nesta política, sendo necessário à validação da sua identidade através do fornecimento de uma cópia de seu documento de identificação, em conformidade com a legislação vigente.

Esta serventia disponibiliza para os titulares de dados requerimento de acesso facilitado às informações sobre o tratamento de dados pessoais, basta solicitar no balcão da serventia.

Sempre que um pedido for submetido sem o fornecimento das provas necessárias a comprovação da legitimidade do titular dos dados, o pedido será automaticamente rejeitado.

 CARTÓRIOS DE PROTESTO RJ INSTITUTO DE PROTESTO – IEPTB	POLÍTICA DE PRIVACIDADE À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS ARTIGO 262, §6º, II, CN/CGJ/TJRJ	Emissão 16/07/2026
1º Ofício de Protesto de Petrópolis		Aprovado por: Paulo Roberto Nunes dos Santos

Nesta serventia são tratados os seguintes dados pessoais:

- nome,
- identidade,
- CPF/CNPJ,
- endereço,
- e-mail,
- telefone.

Recebe-se os Dados Pessoais através das seguintes fontes:

O 1º Ofício de Protesto de Petrópolis coleta os dados pessoais dos credores e devedores através:

1. Central de Arquivo de Remessas (CRA) – Instituto de Protesto de Títulos do Brasil/Rio de Janeiro (IEPTB/RJ):

A CRA remete arquivos e demais documentos através de sítio eletrônico para a Central de Protesto de Petrópolis, por arquivo XML, contendo informações dos títulos ou documentos da dívida, que são de responsabilidade do apresentante (artigo 5º, parágrafo único – Lei 9.492/97), que assim declara.

2. Poder Judiciário e Advogados:

O Poder Judiciário e Advogados remetem à Central de Protesto de Petrópolis Certidões de Crédito para apontamento por meio físico que possuem os dados referente às dívidas constituída e são de responsabilidade do apresentante (artigo 5º, parágrafo único e – Lei 9.492/97).

3. Requerimentos no Balcão da Central de Protesto:

Os requerimentos preenchidos e apresentados na Central de Protesto de Petrópolis para apontamento,

**POLÍTICA DE PRIVACIDADE À
PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
ARTIGO 262, §6º, II, CN/CGJ/TJRJ**

Emissão
16/07/2026

Aprovado por:
**Paulo Roberto
Nunes dos Santos**

desistências, cancelamentos e certidões contêm dados pessoais que são de responsabilidade dos requerentes.

4. E-mails e números de telefone:

São fornecidos, voluntariamente, pelas partes que desejam atendimento remoto para diversas finalidades, como emissão de boleto, consultas sobre o procedimento e dúvidas. Nesta modalidade é possível a revogação do consentimento para o uso destes dados pessoais.

Sobre as hipóteses do uso e compartilhamento de seus Dados Pessoais:

A base legal para a coleta, tratamento, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais é a Constituição da República Federativa do Brasil, a Lei 8.935/94 e a Lei 9.492/97.

Há, também, a base normativa que consiste nos Provimentos, Resoluções e Portarias do Conselho Nacional de Justiça e da Corregedoria Geral de Justiça Estadual (RJ), sendo que esta última regulamenta a atividade de protesto no seu Código de Normas, título IX, artigos 973 à 1.019.

ATOS	BASE LEGAL / NORMATIVA
APONTAMENTO	Artigo 5º, 9º ao 11 – Lei 9.492/97 / Artigo 549 ao 565 CN/CGJ/TJRJ
INTIMAÇÃO	Artigo 14 e 15 – Lei 9.492/97 / Artigo 567 ao 572 CN/CGJ/TJRJ
DESISTÊNCIA	Artigo 16 – Lei 9.492/97 / Artigo 573 CN/CGJ/TJRJ
PAGAMENTO	Artigo 19 – Lei 9.492/97 / Artigo 576 ao 579 CN/CGJ/TJRJ
PROTESTO	Artigo 20 ao 24 – Lei 9.492/97 / Artigo 566 e 580 ao 581 CN/CGJ/TJRJ
SUSTAÇÃO OU SUSPENSÃO JUDICIAL	Artigo 17 e 26, § 3º – Lei 9.492/97 / Artigo 574 e 575 CN/CGJ/TJRJ
CANCELAMENTO	Artigo 26 – Lei 9.492/97 / Artigo 583 CN/CGJ/TJRJ

 CARTÓRIOS DE PROTESTO RJ INSTITUTO DE PROTESTO – IEPTB 1º Ofício de Protesto de Petrópolis	POLÍTICA DE PRIVACIDADE À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS ARTIGO 262, §6º, II, CN/CGJ/TJRJ	Emissão 16/07/2026 Aprovado por: Paulo Roberto Nunes dos Santos 
--	--	---

CERTIDÃO	Artigo 27 ao 31 – Lei 9.492/97 / Artigo 584 ao 589 CN/CGJ/TJRJ
BUSCA VERBAL	Artigo 30 – Lei 9.492/97 / Artigo 584 e 587 CN/CGJ/TJRJ

Prestadores de serviços:

Incluem os funcionários desta serventia e da Central de Protesto de Petrópolis, entidades e empresas externas que são utilizadas pelo 1º Ofício de Protesto de Petrópolis para auxiliar a operar o serviço.

OBS: Os prestadores de serviços e seus colaboradores selecionados, só estão autorizados a acessar seus Dados Pessoais em nome do 1º Ofício de Protesto de Petrópolis para as tarefas específicas, que forem requisitadas a eles com base em nossas instruções diretas. Nossos prestadores de serviços são obrigados contratualmente e a manter seus Dados Pessoais confidenciais e seguros, e em casos de violação respondem solidariamente conforme a legislação vigente.

Canal de Atendimento:

Tais informações, reclamações e sugestões podem ser feitas através:

1. Telefones: (24) 2243-0532 ou (24) 97403-5922
2. E-mail: 1oficioprotestopetro@gmail.com

Assim, o usuário pode entrar em contato com a serventia para:

- Fazer perguntas ou comentários sobre esta Política e nossas práticas de privacidade e proteção de Dados Pessoais;
- Fazer uma reclamação;
- Confirmação da existência de tratamento de seus Dados Pessoais;
- Obter informações sobre como acessar seus Dados Pessoais;
- Realizar a correção de dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados;

**POLÍTICA DE PRIVACIDADE À
PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
ARTIGO 262, §6º, II, CN/CGJ/TJRJ**

Emissão
16/07/2026

Aprovado por:
**Paulo Roberto
Nunes dos Santos**

- Obter informações sobre a anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na legislação vigente;
- Obter informações sobre a portabilidade dos seus dados pessoais a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, em conformidade com a legislação vigente;
- Solicitar a eliminação dos dados pessoais tratados com o seu consentimento, excetuando-se as hipóteses previstas na legislação vigente;
- Solicitar detalhes das entidades públicas e privadas com as quais realizamos o compartilhamento de seus Dados Pessoais;
- Obter informações sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências dessa negativa;
- Realizar a revogação do consentimento para o tratamento dos seus Dados Pessoais, excetuando-se as hipóteses previstas na legislação vigente;
- Demais direitos do titular dos dados pessoais, conforme legislação vigente.

Finalidade da Política de Privacidade:

O 1º Ofício de Protesto de Petrópolis receberá, investigará e responderá, dentro de um prazo considerado razoável, qualquer solicitação ou reclamação sobre a forma como é realizado o tratamento de seus Dados Pessoais, incluindo reclamações sobre desrespeito aos seus direitos sob as leis de privacidade e proteção de Dados Pessoais vigentes.

Cordialmente,

Ana Caroline Nunes dos Santos
Encarregada de Proteção de Dados